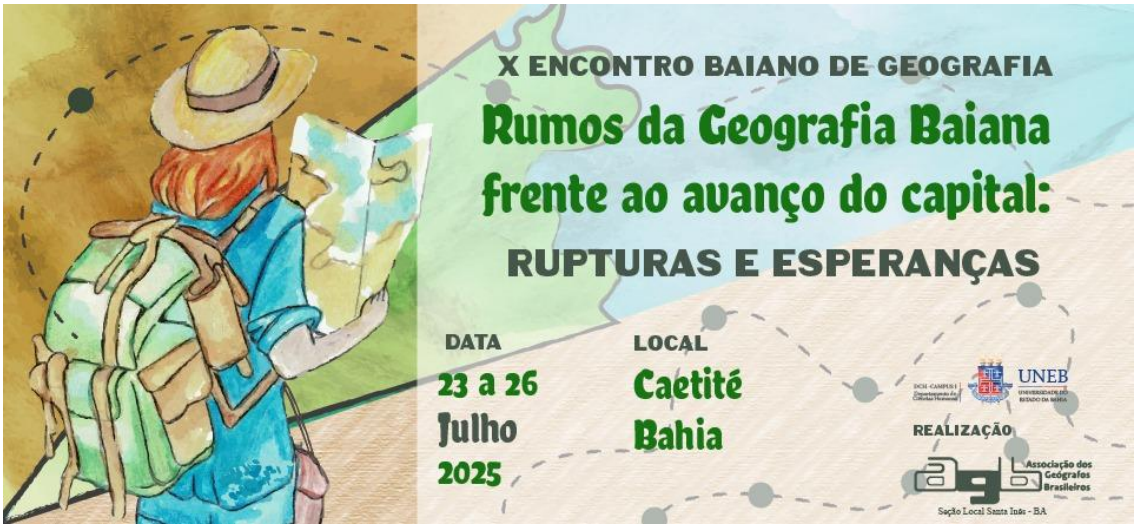


# VILA SANTO ANDRÉ COMO LUGAR DE MEMÓRIA E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUBERÁ - BA

**Geffeson Santos da Silva – geffesonsantx@gmail.com[1]**
**Sávio Jean Neres Santos dos Reis – saviojean13@gmail[2]**
**Leonardo Brito de Santana - leoonardd4545@gmail.com[3]**
**Tereza Genoveva Nascimento Torezani Fontes – tgfontes@uesc.br[4]**

**Palavras-chave:** Identidade; Patrimônio; Cidade.

## INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos e do desenvolvimento urbano, as características históricas de alguns lugares são esquecidas, levando ao apagamento de espaços que carregam significados e símbolos fundamentais para a identidade de uma cidade. É nesse contexto que se destacam os lugares de memória, entendidos não apenas como espaços físicos, mas como suportes materiais, funcionais e simbólicos da memória coletiva. Segundo Nora (1993), esses lugares, sejam igrejas, praças ou ruas, ancoram a memória social em três dimensões: material (percebida pelos sentidos), funcional (como alicerce de subjetividades) e simbólica (expressão de conflitos e paixões históricas). Assim, mesmo quando sua estrutura física se transforma, sua carga simbólica persiste na memória daqueles que os vivenciam e passam por ele, se revelando como monumentos vivos dos processos históricos e sociais que os moldaram.

Nesse contexto, o município de Ituberá, localizado na microrregião de Valença (13° 43' 55" de latitude sul e 39° 08' 56" de longitude oeste), guarda em sua história processos fundamentais para a formação da região. Seu núcleo primordial, a Vila de Santo André, fundada em 1683, era conhecida como “Aldeia de Santo André e São Miguel em

[1] Discente do curso de Lincenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz.
[2] Discente do curso de Lincenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz.
[3] Discente do curso de Lincenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz.
[4] Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Docente do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais do curso de Geografia.

Serinhaém". Nesse mesmo ano, os jesuítas ergueram o Santuário de Santo André, marco não apenas religioso, mas também social e político, que consolidou a vila como espaço central na organização do território. A presença jesuítica, associada às dinâmicas econômicas da época (como a cultura do cacau e do café), reflete a relação essencial entre patrimônio material e imaterial, onde a fé, o trabalho e a memória se entrelaçam.

Este trabalho busca analisar o papel central da Vila de Santo André na constituição histórica, social e geográfica de Ituberá, destacando como seus patrimônios materiais (como o Santuário de Santo André) e imateriais (como a Festa do Padroeiro Santo André) funcionam como agentes na (re)construção da memória coletiva e consciência histórica ituberaense. Nesse sentido, como afirma Mesentier (2005, p. 168) "que o patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória social [...] como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio-territorial".

Além dos objetivos já mencionados, este trabalho busca discutir as condições atuais de conservação desse espaço histórico, identificando os principais problemas infraestruturais e arquitetônicos que impactam diretamente a valorização do local pela comunidade. Apesar desses desafios, a pesquisa também pretende revelar o potencial ainda vivo da Vila de Santo André como importante atrativo turístico e formativo, mostrando como esse patrimônio pode continuar sendo um lugar de memória e identidade para os itaberaenses.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Ituberá, como é conhecido atualmente, tem suas raízes no solo histórico da Vila de Santo André, fundada em 1683 como aldeamento jesuítico sob o nome de "Aldeia de Santo André e São Miguel em Serinhaém". Este núcleo inicial, estabelecido pelos jesuítas em território tradicional dos indígenas Paiaiás, não foi apenas um ponto missionário, mas sim a matriz urbana que estruturou a ocupação do território e definiu os primeiros eixos de desenvolvimento regional.

No século XVIII, com sua elevação à categoria de vila em 1758, rebatizada como Nova Santarém pelo Marquês de Pombal, o povoado assumiu funções administrativas e econômicas estratégicas. Localizada no chamado Fundo das Doze Léguas, uma vasta sesmaria doada aos jesuítas, a vila tornou-se um centro dinamizador da produção colonial, articulando atividades como a agricultura de subsistência, a exploração madeireira e o comércio regional. Essas atividades não apenas sustentaram a vila economicamente, mas também delimitaram sua distribuição espacial (Silva, 2013)

O Santuário de Santo André, erguido pelos jesuítas em 1683, funcionou como marco zero do núcleo urbano, atraindo moradores e concentrando funções religiosas, políticas e sociais ao seu redor. As vias de acesso aos engenhos e áreas de cultivo irradiavam-se a partir da vila, definindo os primeiros traçados que mais tarde se consolidariam como ruas e estradas do município. A ocupação do território seguiu um padrão linear, acompanhando os cursos d'água e as áreas férteis, característica que ainda pode ser observada na disposição urbana de Ituberá. Assim, a Vila de Santo André não foi apenas um assentamento colonial, mas o elemento estruturador que deu origem ao município de Ituberá, legando-lhe não apenas uma história, mas uma geografia urbana cujos vestígios permanecem visíveis até hoje.

A Festa de Santo André, celebrada de 21 a 30 de novembro como uma das principais manifestações religiosas de Ituberá, constitui-se como patrimônio imaterial fundamental na manutenção da memória coletiva da Vila Santo André. Mais que uma simples comemoração religiosa, o evento, que inclui tradições como a Lavagem das Escadarias do Santuário, transforma-se em uma manifestação cultural onde fé, história e identidade se encontram. A

edição de 2022, marcada pelo emocionante retorno após os anos de pandemia, demonstrou essa vivacidade: o cortejo que subiu a ladeira da Vila mesmo sob forte chuva reuniu terreiros como o Ilê Asé Alaketú Dãn Alakoró e grupos culturais como o Samba de Roda Raízes Afro, revelando o caráter plural da celebração (Ituberá, 2022). O Santuário, como ponto culminante do percurso, reforça sua dupla função: lugar sagrado de peregrinação e mirante simbólico que oferece aos fiéis e visitantes não apenas uma vista panorâmica da cidade, mas uma perspectiva única sobre as camadas de história e afeto que constituem este lugar de memória. Segundo Carvalho:

> A cidade enquanto espaço de construção social abrange elementos alusivos à dinamicidade dos diferentes grupos sociais, em termos de materialidade - representada pelos prédios, casarões, ruas, igrejas, esculturas, monumentos, e de imaterialidade cultural, manifestada nas tradições populares, destacadamente as danças, folguedos, a culinária, a musicalidade, dentre outros elementos que integram o patrimônio cultural de uma determinada coletividade (2010, p. 15-16).

A Vila exemplifica a dialética proposta por Milton Santos (2007) sobre a transformação dos lugares. De centro jesuítico no século XVII a pivô da economia cacaueira, a vila hoje enfrenta o que Carlos (1996) chamaria de "conflito espacial": sua altitude 150m e distância do Rio Serinhaém, onde se concentrou o desenvolvimento urbano posterior, a transformaram em um território marginalizado. Esse processo reflete a "lógica excludente" do capital, que desloca centros históricos para áreas de maior rentabilidade, deixando como rastro a descaracterização arquitetônica (com a demolição de construções coloniais) e a fragilização da memória material, que é evidenciada pelo tratamento negligente de vestígios arqueológicos encontrados por moradores.

O abandono atual da vila contrasta radicalmente com sua centralidade passada. Como aponta o relato de 1958, enquanto Ituberá era "colocada fora da circulação geral" pela rodovia BA-2 (Santos, 1958), a Vila Santo André já iniciava seu processo de invisibilização. Hoje, esse fenômeno se aprofunda: a falta de políticas preservacionistas e a ausência de fontes históricas acessíveis alimentam um ciclo de perda de identidade. O que Haesbaert (2018) diagnosticou como "apagamento geográfico" se manifesta aqui na dupla face do problema: de um lado, a pressão por turismo massificado em outras áreas; de outro, a desconexão dos moradores com seu patrimônio, muitos dos quais, ao reformarem suas casas, descartam de forma inadequada artefatos históricos, simbolizando a ruptura com o passado.

Apesar desse cenário, a persistência de práticas como a Festa do Padroeiro e a existência do Santuário demonstram que a vila ainda guarda, como sugere Santos (1997), "frações de sociedade" que resistem à banalização espacial. O desafio está em converter esses fatores simbólicos em estratégias concretas: desde a criação de um museu comunitário que resgate vestígios históricos, até a integração da vila em rotas turísticas educacionais que valorizem sua vista panorâmica. Isso exigirá superar o que Milton Santos identificou como o maior obstáculo: a dissociação entre planejamento urbano e justiça espacial, que ainda trata a Vila Santo André como relicário do passado, não como ator do desenvolvimento presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vila Santo André se configura como um lugar de memória fundamental para Ituberá, materializando nas suas ruas, construções e tradições os processos históricos que

moldaram a identidade local. A Vila, com seu Santuário colonial, a tradicional Festa do Padroeiro e seu traçado urbano singular, se apresenta como guardiã da história e das tradições locais.

Para enfrentar os desafios atuais de descaracterização e marginalização, propõem-se ações integradas: a implementação de programas de educação patrimonial em ambientes escolares e não escolares, a criação de roteiros turísticos que articulem o patrimônio material e imaterial, e a elaboração de políticas públicas que conciliem preservação e desenvolvimento.

Os potenciais da Vila Santo André se estendem ainda ao campo acadêmico, oferecendo ricas possibilidades para pesquisas em áreas como história urbana, antropologia cultural, arqueologia e estudos das transformações da paisagem. Ao conciliar preservação, educação e pesquisa, a Vila pode consolidar-se não apenas como testemunho do passado, mas em agente ativo do desenvolvimento local, garantindo seu lugar como referência identitária para as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de memória e turismo cultural: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. **Cultur: Revista de Cultura e Turismo**, v. 4, n. 1, p. 15-31, 2010.

DE MESENTIER, Leonardo Marques. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. **VIVÊNCIA, Natal: Editora Universitária da UFRN-EDUFRN**, n. 28, p. 167-177, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Editora Bertrand Brasil, 2018.

ITUBERÁ. Prefeitura Municipal de Ituberá. **Lavagem das Escadarias da Igreja de Santo André**. Notícias, Ituberá, 18 nov. 2022. Disponível em: https://www.itubera.ba.gov.br/Site/Noticias/noticia-18112022095905124-Lavagem-das-Escadarias-da-Igreja-de-Santo-Andr. Acesso em: 11 jul. 2025.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

SANTOS, Milton. Ituberá, porto cacaueiro rejuvenescido pela indústria. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo**, v. 10, p. 119-131, 1958.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, 2007.

SILVA, Egnaldo Rocha da. **Comunidade negra rural de Lagoa Santa: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950-2011)**. 2013. 277 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2013.